

# Sumário

---

*Nota à 27ª edição, xxix*

*Prefácio à 1ª edição, xxxi*

- 1 DIREITO CONSTITUCIONAL, 1
  - 1 Constitucionalismo, 1
    - 1.1 Estado Constitucional: Estado de Direito e Estado Democrático, 2
  - 2 Conceito de Constituição, 6
  - 3 Classificação das constituições, 8
    - 3.1 Quadro geral, 8
    - 3.2 Quanto ao conteúdo: constituições materiais, ou substanciais, e formais, 8
    - 3.3 Quanto à forma: constituições escritas e não escritas, 8
    - 3.4 Quanto ao modo de elaboração: constituições dogmáticas e históricas, 9
    - 3.5 Quanto à origem: constituições promulgadas (democráticas, populares) e outorgadas, 9
    - 3.6 Quanto à estabilidade: constituições imutáveis, rígidas, flexíveis e semirrígidas, 10
    - 3.7 Quanto à sua extensão e finalidade: constituições analíticas (dirigentes) e sintéticas (negativas, garantias), 10
    - 3.8 Constituição Federal de 1988, 11
    - 3.9 Outras classificações, 11
  - 4 Aplicabilidade das normas constitucionais, 12
    - 4.1 Normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada, 12
    - 4.2 Normas constitucionais com eficácia absoluta, plena, relativa restringível e relativa complementável ou dependentes de complementação, 13
    - 4.3 Normas programáticas, 14
  - 5 Interpretação das normas constitucionais, 14
    - 5.1 Interpretação conforme a Constituição, 17
    - 5.2 Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto, 19
    - 5.3 A interpretação constitucional e o ativismo judicial, 20
  - 6 Preâmbulo constitucional, 22

- 7 Fundamentos da República Federativa do Brasil, 24
- 8 Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, 26
- 9 Princípios de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil, 27
  - 9.1 Asilo político, 27
- 2 PODER CONSTITUINTE, 29
  - 1 Conceito e finalidade, 29
  - 2 Titularidade do poder constituinte, 29
  - 3 Espécies de poder constituinte, 30
  - 4 Poder constituinte originário, 30
    - 4.1 Conceito, 30
    - 4.2 Formas de expressão do poder constituinte originário, 31
    - 4.3 Características do poder constituinte originário, 31
  - 5 Poder constituinte derivado, 32
    - 5.1 Conceito e características, 32
    - 5.2 Espécies de poder constituinte derivado, 32
- 3 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, 33
  - 1 Finalidade. Direitos fundamentais como direitos de defesa, 33
    - 1.1 Classificação dos direitos fundamentais, 34
  - 2 Natureza jurídica das normas que disciplinam os direitos e garantias fundamentais, 35
    - 2.1 Relatividade dos direitos e garantias individuais e coletivos, 35
  - 3 Direitos e garantias individuais, 36
    - 3.1 Diferenciação entre direitos e garantias individuais, 36
    - 3.2 Direitos fundamentais e garantias institucionais, 37
    - 3.3 Direitos fundamentais – classificação, 38
  - 4 Destinatários da proteção, 38
  - 5 Direito à vida, 39
  - 6 Princípio da igualdade, 40
    - 6.1 Princípio da igualdade e limitação de idade em concurso público, 42
    - 6.2 Tratamento isonômico entre homens e mulheres (art. 5º, I), 43
      - 6.2.1 Critérios de admissão para concurso público, 43
      - 6.2.2 Critérios para admissão de emprego, 43
      - 6.2.3 Constitucionalidade da prerrogativa do foro em favor da mulher e sua aplicação tanto para a ação de separação judicial quanto para a de divórcio direto, 44
  - 7 Princípio da legalidade, 45
    - 7.1 Princípios da legalidade e da reserva legal, 46
  - 8 Tratamento constitucional da tortura (art. 5º, III e XLIII), 47
  - 9 Liberdade de pensamento, direito de resposta e responsabilidade por dano material, moral ou à imagem (art. 5º, IV e V), 49

- 10 Liberdade de consciência, crença religiosa, convicção filosófica ou política e escusa de consciência (art. 5º, VI e VIII), 49
  - 10.1 Liberdade religiosa e Estado laico ou leigo, 50
  - 10.2 Escusa de consciência e serviço militar obrigatório, 51
  - 10.3 Limitações ao livre exercício do culto religioso, 52
  - 10.4 Religião e cultura, 52
  - 10.5 Assistência religiosa, 53
- 11 Indenização por dano material, moral ou à imagem, 54
  - 11.1 Direito de resposta ou de réplica, 55
- 12 Expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (art. 5º, IX), 56
- 13 Inviolabilidade à intimidade, vida privada, honra e imagem, 57
- 14 Inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI), 59
  - 14.1 Questão do dia e da noite, 60
  - 14.2 Violação de domicílio por decisão administrativa ou parlamentar. Impossibilidade – cláusula de reserva jurisdicional, 61
  - 14.3 Inviolabilidade domiciliar e fisco, 62
- 15 Sigilo de correspondência e de comunicação (art. 5º, XII), 63
  - 15.1 Possibilidade de interceptação telefônica, 64
  - 15.2 Lei nº 9.296, de 24-7-1996 – Interceptações telefônicas, 66
  - 15.3 Gravação clandestina, 71
  - 15.4 Excepcionalidade na utilização dos dados obtidos mediante interceptação telefônica fora das hipóteses restritas de sua decretação: limitação subjetiva (descoberta de novos partícipes), limitações objetivas (“crime-achado” e investigações diversas) e prova emprestada, 73
- 16 Inviolabilidade de dados (art. 5º, X e XII): sigilos bancário e fiscal, 75
  - 16.1 Inviolabilidade constitucional da privacidade e do sigilo de dados, 75
  - 16.2 Características básicas das garantias dos sigilos bancário e fiscal, 77
  - 16.3 Possibilidade de quebra do sigilo por parte do Ministério Público, 80
  - 16.4 Supremo Tribunal Federal: sigilo/Ministério Público, 82
  - 16.5 Inviolabilidade à intimidade e sigilo de dados como cláusulas pétreas da Constituição Federal, 83
  - 16.6 Comissão Parlamentar de Inquérito e sigilo, 84
- 17 Direito de reunião (art. 5º, XVI), 85
  - 17.1 Desnecessidade de autorização da autoridade pública e interferência da polícia, 86
  - 17.2 Tutela do direito de reunião, 86
- 18 Direito de associação (art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI), 86
  - 18.1 Finalidade lícita, 87
  - 18.2 Caráter paramilitar, 87
  - 18.3 Vedação de interferência estatal, 87
  - 18.4 Conteúdo do direito de associação, 87
  - 18.5 Dissolução das associações, 88

- 18.6 Representação dos associados, 88
- 19 Apreciação de lesão ou ameaça de direito pelo poder judiciário (art. 5º, XXXV), 89
  - 19.1 Inexistência da jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, 89
  - 19.2 Acesso ao Judiciário e à justiça desportiva, 90
  - 19.3 Inexistência da obrigatoriedade de duplo grau de jurisdição, 90
- 20 Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada (art. 5º, XXXVI), 91
- 21 Princípio do juiz natural (art. 5º, XXXVII e LIII), 93
  - 21.1 Justiças especializadas e tribunais de exceção, 94
  - 21.2 Tribunais de ética e tribunais de exceção, 94
- 22 Tribunal do júri (art. 5º, XXXVIII), 94
  - 22.1 Plenitude de defesa, 95
  - 22.2 Sigilo de votações, 95
  - 22.3 Soberania dos veredictos e possibilidade de apelação, 95
  - 22.4 Competência constitucional do Tribunal de Júri, 96
- 23 Extradicação (art. 5º, LI e LII), 99
  - 23.1 Hipóteses constitucionais para a extradicação, 100
  - 23.2 Requisitos infraconstitucionais para a extradicação, 101
  - 23.3 Procedimento e decisão, 103
  - 23.4 Prisão preventiva por extradicação, 106
  - 23.5 Atuação do judiciário na extradicação, 107
  - 23.6 Extradicação, princípio da especialidade e pedido de extensão (extradicação supletiva), 108
  - 23.7 Extradicação e expulsão, 108
  - 23.8 Possibilidade de extradicação ou expulsão de pessoa casada com brasileiros ou com filhos brasileiros, 111
  - 23.9 Extradicação e deportação, 111
  - 23.9-A Extradicação e *entrega (surrender)*, 111
  - 23.10 Expulsão e deportação de brasileiros, 112
  - 23.11 Necessidade de comutação da pena de prisão perpétua em pena privativa de liberdade com prazo máximo, 112
- 24 Devido processo legal, contraditório, ampla defesa e celeridade processual (art. 5º, LIV, LV e LXXVIII e Lei nº 11.419/06), 112
  - 24.1 Inquérito policial e contraditório, 116
  - 24.2 Celeridade processual e informatização do processo judicial (Lei nº 11.419/2006), 116
- 25 Provas ilícitas (art. 5º, LVI), 117
  - 25.1 Provas derivadas das provas ilícitas, 119
  - 25.2 Convalidação de provas obtidas por meios ilícitos com a finalidade de defesa das liberdades públicas fundamentais (legítima defesa), 122
  - 25.3 Princípios da publicidade e moralidade administrativa e provas ilícitas, 124

- 26 Princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII), 125
- 27 Ação penal privada subsidiária (art. 5º, LIX), 127
- 28 Prisão civil, 128
- 29 Rol exemplificativo, 129
- 30 Direitos fundamentais e tratados internacionais, 130
  
- 4 TUTELA CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES, 133
  - 1 *Habeas corpus*, 133
    - 1.1 Origem, 133
    - 1.2 Conceito e finalidade, 134
    - 1.3 Natureza jurídica, 136
    - 1.4 Garantia constitucional da liberdade de locomoção, 137
    - 1.5 Legitimidade ativa, 138
    - 1.6 Legitimidade passiva, 140
    - 1.7 Hipóteses e espécies, 141
      - 1.7.1 *Habeas corpus* preventivo (salvo-conduto), 141
      - 1.7.2 *Habeas corpus* liberatório ou repressivo, 141
      - 1.7.3 Liminar em *habeas corpus*, 141
    - 1.8 Possibilidade de supressão, 142
    - 1.9 *Habeas corpus* e assistente, 142
    - 1.10 Excesso de prazo, 142
    - 1.11 *Habeas corpus* impetrado contra coação ilegal atribuída à Turma do Supremo Tribunal Federal, 143
    - 1.12 *Habeas corpus* contra ato único ou colegiado de tribunais regionais federais ou estaduais, 143
    - 1.13 *Habeas corpus* contra ato ilegal imputado a promotor de justiça, 146
    - 1.14 *Habeas corpus* contra ato da Turma Recursal nos Juizados Especiais Criminais, 146
    - 1.15 *Habeas corpus* contra ato do juiz especial nos Juizados Especiais Criminais, 147
    - 1.16 *Habeas corpus* e recursos ordinários – concomitância, 148
    - 1.17 *Habeas corpus* – substituição de recurso ordinário constitucional prevista para denegação da ordem – viabilidade, 148
    - 1.18 *Habeas corpus* e punições disciplinares militares, 149
    - 1.19 Empate no *habeas corpus*, 150
    - 1.20 Tutela da liberdade de locomoção – *habeas corpus* – recurso ordinário constitucional STJ, 150
  - 2 *Habeas data*, 151
    - 2.1 Conceito, 151
    - 2.2 Natureza jurídica, 151
    - 2.3 Finalidade, 151
    - 2.4 Cabimento, 153
    - 2.5 Legitimação ativa, 154



- 2.6 Legitimação passiva, 155
- 2.7 Procedimento (Lei nº 9.507/97), 155
- 2.8 Direito ao conhecimento e à retificação, 158
- 2.9 Competência, 159
- 2.10 *Habeas data* e dados sigilosos, 160
- 3 Mandado de segurança, 162
  - 3.1 Conceito e finalidade, 162
  - 3.2 Espécies, 162
  - 3.3 Natureza jurídica, 163
  - 3.4 Cabimento do mandado de segurança, 163
  - 3.5 Conceito de direito líquido e certo, 166
  - 3.6 Legitimação ativa – impetrante, 166
  - 3.7 Legitimação passiva – impetrado, 167
  - 3.8 Prazo para impetração do mandado de segurança, 169
  - 3.9 Competência, 171
  - 3.10 Competência do mandado de segurança contra atos e omissões de tribunais, 171
  - 3.11 Mandado de segurança e liminares, 172
  - 3.12 Tutela dos direitos líquidos e certos – mandado de segurança – recurso ordinário constitucional STJ, 174
- 4 Mandado de segurança coletivo, 174
  - 4.1 Conceito, 174
  - 4.2 Finalidade, 174
  - 4.3 Objeto, 175
  - 4.4 Legitimação ativa e passiva, 176
  - 4.5 Beneficiários, 179
  - 4.6 Mandado de segurança coletivo e individual, 180
- 5 Mandado de injunção, 180
  - 5.1 Histórico, 180
  - 5.2 Conceito, 181
  - 5.3 Objeto do mandado de injunção, 182
  - 5.4 Requisitos, 183
  - 5.5 Legitimidade ativa, 183
  - 5.6 Legitimidade passiva, 184
  - 5.7 Procedimento, 184
  - 5.8 Competência, 185
  - 5.9 Decisão e efeitos do mandado de injunção, 186
- 6 Direito de certidão, 193
- 7 Direito de petição, 194
  - 7.1 Histórico e conceito, 194
  - 7.2 Natureza, 194
  - 7.3 Legitimidade ativa e passiva, 195



- 7.4 Finalidade, 195
- 8 Ação popular, 196
  - 8.1 Conceito, 196
  - 8.2 Finalidade, 196
  - 8.3 Requisitos, 196
  - 8.4 Objeto, 197
  - 8.5 Legitimação ativa, 197
  - 8.6 Legitimação passiva, 199
  - 8.7 Natureza da decisão, 199
  - 8.8 Competência, 199
  - 8.9 Sentença e coisa julgada, 200
- 9 Texto integral dos direitos e garantias individuais da Constituição Federal de 1988, 200
- 5 DIREITOS SOCIAIS, 206
  - 1 Conceito e abrangência, 206
  - 2 Direito à segurança no emprego, 207
  - 3 Rol dos direitos sociais, 208
  - 4 Liberdade de associação profissional ou sindical, 211
    - 4.1 Conceituação, 211
    - 4.2 Classificação dos direitos sindicais, 212
    - 4.3 Contribuições confederativa e sindical – diferenças e exigibilidade, 214
  - 5 Direito de greve, 215
- 6 DIREITO DE NACIONALIDADE, 218
  - 1 Conceito, 218
  - 2 Definições relacionadas à matéria, 218
  - 3 Espécies de nacionalidade, 219
  - 4 Brasileiros natos, 220
    - 4.1 Critérios de atribuição de nacionalidade originária, 220
  - 5 Hipóteses de aquisição originária, 220
    - 5.1 Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país, 221
    - 5.2 Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, 222
    - 5.3 Nacionalidade potestativa: os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, *depois de atingida a maioridade* (EC nº 54/07), pela nacionalidade brasileira, 222
    - 5.4 Opção, 223
    - 5.5 Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente (*ius sanguinis* + registro – EC nº 54/07), 225

- 6 Brasileiro naturalizado, 227
  - 6.1 Espécies de naturalização, 227
    - 6.1.1 Naturalização tácita ou grande naturalização, 228
    - 6.1.2 Naturalização expressa, 228
  - 6.2 Radicação precoce e curso superior, 232
- 7 Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado, 232
  - 7.1 Brasileiro nato e naturalizado – diferenças, 233
  - 7.2 Cargos, 233
  - 7.3 Função, 234
  - 7.4 Extradição, 235
  - 7.5 Direito de propriedade/manifestação de pensamento/informação, 235
- 8 Perda do direito de nacionalidade, 235
  - 8.1 Ação de cancelamento de naturalização, 236
  - 8.2 Naturalização voluntária, 237
    - 8.2.1 Regra constitucional, 237
    - 8.2.2 Exceções constitucionais, 238
- 7 DIREITOS POLÍTICOS, 240
  - 1 Conceito, 240
  - 2 Direitos políticos, 240
  - 3 Núcleo dos direitos políticos – direito de sufrágio, 241
    - 3.1 Conceituação, 241
    - 3.2 Classificação, 242
  - 4 Capacidade eleitoral ativa, 243
  - 5 Direito de voto, 243
    - 5.1 Natureza do voto, 244
    - 5.2 Caracteres do voto, 244
  - 6 Plebiscito e referendo: exercício do direito de voto, 245
  - 7 Elegibilidade, 246
    - 7.1 Conceito, 246
    - 7.2 Condições, 247
  - 8 Direitos políticos negativos, 249
    - 8.1 Conceito, 249
    - 8.2 Inelegibilidades, 249
    - 8.3 Quadro de inelegibilidades, 249
    - 8.4 Inelegibilidade absoluta, 250
    - 8.5 Inelegibilidade relativa, 250
      - 8.5.1 Por motivos funcionais, 250
      - 8.5.2 Por motivos de casamento, parentesco ou afinidade, 262
        - 8.5.2.1 Inelegibilidade reflexa e renúncia do detentor de mandato executivo, 265



- 8.5.4 Previsões de ordem legal, 268
  - 9 Privação dos direitos políticos, 269
    - 9.1 Perda, 270
      - 9.1.1 Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional (CF, art. 12, § 4º), 270
      - 9.1.2 Escusa de consciência, 270
      - 9.1.3 Outros casos de perda, 272
    - 9.2 Suspensão, 272
      - 9.2.1 Incapacidade civil absoluta, 272
      - 9.2.2 Condenação criminal com trânsito em julgado enquanto durarem seus efeitos, 272
      - 9.2.3 Improbidade administrativa, 278
  - 10 Partidos políticos, 279
    - 10.1 Princípio da anualidade eleitoral e fim da verticalização, 281
  - 11 Língua e símbolos oficiais, 284
- 8 ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, 286
- 1 Regras de organização, 286
    - 1.1 Adoção da federação, 286
    - 1.2 Princípio da indissolubilidade do vínculo federativo, 288
    - 1.3 Capital Federal, 288
    - 1.4 União, 289
    - 1.5 Estados-membros, 290
      - 1.5.1 Autonomia estadual, 290
      - 1.5.2 Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, 295
    - 1.6 Municípios, 296
      - 1.6.1 Lei orgânica municipal, 296
      - 1.6.2 Prefeito municipal – responsabilidade criminal e política, 301
      - 1.6.3 Vereadores – imunidade material, 305
    - 1.7 Distrito Federal, 306
    - 1.8 Territórios, 307
    - 1.9 Formação dos Estados, 307
      - 1.9.1 Fusão (incorporação entre si), 309
      - 1.9.2 Subdivisão, 309
      - 1.9.3 Desmembramento, 309
    - 1.10 Formação de municípios, 310
    - 1.11 Vedações constitucionais de natureza federativa, 312
  - 2 Repartição de competências, 313
    - 2.1 Conceito, 313
    - 2.2 Princípio básico para a distribuição de competências – predominância do interesse, 314

- 2.3 Repartição em matéria administrativa, 314
  - 2.3.1 Quadro geral, 315
  - 2.3.2 Competências administrativas da União, 315
  - 2.3.3 Competências administrativas dos Estados-membros, 317
  - 2.3.4 Competências administrativas dos municípios, 317
  - 2.3.5 Competências administrativas do Distrito Federal, 317
  - 2.3.6 Competência administrativa comum, 318
- 2.4 Repartição em matéria legislativa, 319
  - 2.4.1 Quadro geral de repartição de competência legislativa, 319
- 3 Intervenção, 332
  - 3.1 Parte geral, 332
  - 3.2 Intervenção federal, 334
    - 3.2.1 Quadro geral, 334
    - 3.2.2 Hipóteses, 334
    - 3.2.3 Procedimento de intervenção federal, 335
  - 3.3 Intervenção estadual nos municípios, 338
- 9 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 340
  - 1 Conceito, 340
  - 2 Princípios constitucionais da administração pública, 341
    - 2.1 Princípio da legalidade, 341
    - 2.2 Princípio da impessoalidade, 342
    - 2.3 Princípio da moralidade, 342
    - 2.4 Princípio da publicidade, 344
    - 2.5 Princípio da eficiência, 344
      - 2.5.1 Introdução, 344
      - 2.5.2 Princípio da eficiência e direito comparado, 345
      - 2.5.3 Conceito, 346
      - 2.5.4 Características do princípio da eficiência, 348
      - 2.5.5 Aplicabilidade e fiscalização, 352
  - 3 Preceitos de observância obrigatória a administração pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, 354
    - 3.1 Fixação do teto salarial do funcionalismo, 358
    - 3.2 Aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros e servidores do Poder Judiciário, 361
  - 4 Concurso público, 363
  - 5 Direitos sociais dos servidores públicos civis (livre associação sindical e greve), 367
  - 6 Servidor público e data-base – princípio da periodicidade, 371
  - 7 Cumulação de vencimentos no setor público, 372
  - 8 Licitação: interpretação de acordo com a finalidade constitucional, 377
    - 8.1 Da necessidade da licitação, 377
    - 8.2 Das hipóteses excepcionais de ausência de licitação, 378

- 8.3 Da dispensa da licitação, 379
  - 8.4 Da inexigibilidade da licitação, 379
  - 8.5 Conclusão, 380
  - 9 Publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, 380
  - 10 Improbidade administrativa, 383
  - 11 Ação civil pública por ato de improbidade, 386
  - 12 Responsabilidade civil objetiva do Poder Público, 389
    - 12.1 Responsabilidade civil do poder público por danos causados a alunos no recinto de estabelecimento oficial de ensino, 391
  - 13 Servidor público e mandato eletivo, 392
  - 14 Sistema remuneratório do servidor público, 392
  - 15 Regra geral de aposentadoria do servidor público civil, 395
    - 15.1 Fixação e atualização dos proventos de aposentadoria (ECs nºs 41/03 e 47/05), 398
    - 15.2 Pensão por morte de servidor público, 400
    - 15.3 Regra de transição de aposentadoria voluntária proporcional, 403
      - 15.3.1 Regra de transição e magistrados, membros do Ministério Público e Tribunal de Contas, 404
      - 15.3.2 Regra de transição para professor, 404
    - 15.4 Regime de previdência complementar no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, 405
    - 15.5 Servidores públicos e contribuição previdenciária, 405
    - 15.6 Quadro geral sobre previdência dos servidores públicos civis, 408
    - 15.7 Emenda Constitucional nº 41/03 e o respeito aos direitos adquiridos, 409
    - 15.8 Previdência Social e direitos adquiridos, 409
  - 16 Estabilidade do servidor público civil, 410
  - 17 Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, 413
  - 18 Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e cargo público civil, 414
    - 18.1 Cargo público civil permanente, 414
    - 18.2 Cargo, emprego ou função pública temporária, 414
  - 19 Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e Direitos Sociais, 415
  - 20 Emendas Constitucionais nºs 19/98, 41/03 e 47/05, teto salarial e respeito aos direitos adquiridos, 415
- 10 ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 424
- 1 Separação das funções estatais – limitação do poder e garantia dos direitos fundamentais, 424
    - 1.1 Introdução, 424
    - 1.2 Funções estatais, imunidades e garantias em face do princípio da igualdade, 425
    - 1.3 Funções estatais: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário e Ministério Público, 428

- 1.4 Conclusão inicial, 429
- 2 Poder legislativo, 430
  - 2.1 Funções, 430
  - 2.2 Congresso Nacional, 430
  - 2.3 Câmara dos Deputados, 434
    - 2.3.1 Suplência e permanência no partido, 436
  - 2.4 Senado Federal, 436
    - 2.4.1 Suplência e permanência no partido, 438
  - 2.5 Função típica – fiscalização. Comissões parlamentares de inquérito, 439
    - 2.5.1 Limitações constitucionais às Comissões Parlamentares de Inquérito, 440
  - 2.6 Tribunal de Contas, 450
    - 2.6.1 Conceito, funções e finalidades, 450
    - 2.6.2 Tribunal de Contas – escolha pelo Presidente da República (1/3), 451
    - 2.6.3 Tribunais de Contas estaduais, distrital e municipais, 452
    - 2.6.4 Tribunal de Contas e rejeição de contas do Chefe do Poder Executivo, 454
  - 2.7 Estatuto dos congressistas, 454
    - 2.7.1 Introdução, 454
    - 2.7.2 Finalidade democrática, 456
    - 2.7.3 Histórico, 456
    - 2.7.4 Conceito de imunidades, 460
    - 2.7.5 Imunidades materiais, 460
    - 2.7.6 Imunidade formal – definição histórica, 464
    - 2.7.7 Imunidade formal em relação à prisão, 466
    - 2.7.8 Imunidade formal em relação ao processo nos crimes praticados após a diplomação, 468
    - 2.7.9 Prerrogativa de foro em razão da função, 473
    - 2.7.10 Vencimentos dos parlamentares, 476
    - 2.7.11 Deputados Federais/Senadores da República e Forças Armadas, 477
    - 2.7.12 Parlamentar e obrigação de testemunhar, 477
    - 2.7.13 Irrenunciabilidade das imunidades, 477
    - 2.7.14 Imunidades e Parlamentar licenciado para exercício de cargo executivo (Ministro de Estado, Secretário de Estado), 478
    - 2.7.15 Incompatibilidades, 479
    - 2.7.16 Perda do mandato, 479
    - 2.7.17 Conclusão, 483

- 3.1.2 Modo de investidura e posse no cargo de Presidente da República, 489
- 3.1.3 Vacância da Presidência da República, 492
- 3.1.4 Atribuições do Presidente da República, 494
- 3.1.5 Vice-presidente da República, 496
- 3.1.6 Órgãos auxiliares do Presidente da República. Ministros. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional, 498
- 3.2 Responsabilidade do Presidente da República: prerrogativas e imunidades do Presidente da República, 501
  - 3.2.1 Crimes de responsabilidade, 502
  - 3.2.2 Crimes comuns, 513
- 4 Poder Judiciário, 520
  - 4.1 Conceito, 520
  - 4.2 Quadro de organização estrutural, 521
  - 4.3 Funções típicas e atípicas, 522
  - 4.4 Garantias do Poder Judiciário, 523
    - 4.4.1 Garantias institucionais, 524
    - 4.4.2 Garantias aos membros, 528
    - 4.4.3 Independência do Poder Judiciário e controle externo, 532
    - 4.4.4 Supremo Tribunal Federal e controle externo do Poder Judiciário, 534
    - 4.4.5 Conselho Nacional de Justiça, 536
  - 4.5 Organização do Poder Judiciário, 553
    - 4.5.1 Fixação de subsídios do Poder Judiciário, 556
    - 4.5.2 Requisitos para ingresso na carreira da magistratura, 557
    - 4.5.3 Aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau, 558
    - 4.5.4 Órgão especial dos tribunais – competências e critérios para a composição e eleição, 559
    - 4.5.5 Vedação constitucional às férias coletivas nos juízos e tribunais de 2º grau e regulamentação do expediente forense no período natalino e na prestação jurisdicional ininterrupta, por meio de plantão permanente, 563
  - 4.6 Escolha dos membros dos Tribunais Superiores, 565
    - 4.6.1 Supremo Tribunal Federal (art. 101 da CF), 565
    - 4.6.2 Superior Tribunal de Justiça (art. 104 da CF), 567
    - 4.6.3 Tribunal Superior Eleitoral (art. 118 da CF), 569
    - 4.6.4 Tribunal Superior do Trabalho (art. 111-A da CF), 569
    - 4.6.5 Superior Tribunal Militar (art. 123 da CF), 570
  - 4.7 Distribuição de competências jurisdicionais, 571
    - 4.7.1 Supremo Tribunal Federal, 571
    - 4.7.2 Superior Tribunal de Justiça, 584
    - 4.7.3 Justiça do Trabalho, 588



- 4.7.4 Justiça Eleitoral, 592
- 4.7.5 Justiça Militar, 593
- 4.7.6 Justiça Federal, 593
- 4.7.7 Justiça Estadual, 595
- 4.7.8 Composição dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios: regra do “quinto constitucional”, 597
- 4.8 Quadro de competência para julgamento de autoridades da República (os artigos referem-se à Constituição Federal), 599
- 4.9 Disciplina constitucional dos pagamentos devidos pela Fazenda Pública – Regra dos precatórios judiciais (EC 62/09), 604
  - 4.9.1 Precatórios judiciais – regra de transição (EC 62/09), 607
- 4.10 Recurso extraordinário e repercussão geral das questões constitucionais (Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006), 610
  - 4.10.1 Recurso Extraordinário, 610
  - 4.10.2 Requisitos constitucionais para o Recurso Extraordinário, 611
  - 4.10.3 Emenda Constitucional nº 45/04 e repercussão geral, 612
  - 4.10.4 Recurso extraordinário e repercussão geral (Lei nº 11.418/06), 615
  - 4.10.5 Repercussão Geral e Regimento do STF, 618
  - 4.10.6 Repercussão geral e multiplicidade de recursos extraordinários, 619
- 5 Ministério Público, 621
  - 5.1 Histórico, 621
  - 5.2 Origem e desenvolvimento no Brasil, 622
  - 5.3 Posicionamento constitucional, 626
  - 5.4 Conceito, 628
  - 5.5 Princípios do Ministério Público, 629
    - 5.5.1 Unidade, 629
    - 5.5.2 Indivisibilidade, 630
    - 5.5.3 Princípio da independência ou autonomia funcional, 630
    - 5.5.4 Princípio do promotor natural, 631
  - 5.6 Funções, 632
  - 5.7 Ministério Público e poder de investigação, 635
  - 5.8 Ministério Público e legitimidade para defesa do patrimônio público e zelo dos direitos constitucionais do cidadão, 637
  - 5.9 Garantias do Ministério Público, 639
    - 5.9.1 Garantias da instituição, 640
    - 5.9.2 Garantias dos membros, 646
  - 5.10 Vedação ao exercício da política partidária, 648
  - 5.11 Vedação ao exercício de qualquer outra função pública, salvo uma de magistério, 650

- 5.12 Da impossibilidade de supressão ou alteração das funções, garantias e prerrogativas constitucionais do Ministério Público, 651
- 5.13 EC nº 45/04 e Conselho Nacional do Ministério Público, 656
- 5.14 Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, 661
- 6 Advocacia pública, 663
- 7 Advocacia, 663
  - 7.1 Indispensabilidade do advogado, 664
  - 7.2 Imunidade do advogado, 665
- 8 Defensoria pública, 666
  
- 11 PROCESSO LEGISLATIVO, 668
  - 1 Conceito, 668
  - 2 Noções gerais, 670
    - 2.1 Conceitos iniciais, 670
    - 2.2 Processos legislativos, 671
      - 2.2.1 Classificação em relação às formas de organização política, 671
      - 2.2.2 Classificação em relação à sequência das fases procedimentais, 671
  - 3 Processo legislativo ordinário, 672
    - 3.1 Fase introdutória, 672
      - 3.1.1 Iniciativa de lei do poder judiciário, 673
      - 3.1.2 Iniciativa privativa do Presidente da República – art. 61, 674
      - 3.1.3 Emenda que aumenta a despesa em projeto de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo, 675
      - 3.1.4 Vício de iniciativa e sanção, 676
      - 3.1.5 Iniciativa de lei do Ministério Público, 677
      - 3.1.6 Iniciativa popular de lei, 678
      - 3.1.7 Iniciativa de lei para fixação de subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (teto salarial), 678
    - 3.2 Fase constitutiva, 679
      - 3.2.1 Deliberação parlamentar, 679
      - 3.2.2 Deliberação executiva, 684
    - 3.3 Fase complementar, 686
      - 3.3.1 Promulgação, 687
      - 3.3.2 Publicação, 687
  - 4 Espécies normativas, 688
    - 4.1 Emendas constitucionais, 688
      - 4.1.1 Quadro geral sobre limitações ao poder reformador, 690
      - 4.1.2 Limitações expressas, 690
      - 4.1.3 Limitações implícitas, 693
    - 4.2 Lei complementar, 694
      - 4.2.1 Lei complementar e lei ordinária – diferenças, 694
      - 4.2.2 Processo legislativo especial da lei complementar, 695


- 4.2.3 Hierarquia – lei complementar e lei ordinária, 695
- 4.3 Medidas provisórias, 697
  - 4.3.1 Procedimento da medida provisória – aprovação integral, 698
  - 4.3.2 Aprovação da medida provisória pelo Congresso Nacional com alterações, 701
  - 4.3.3 Rejeição expressa da medida provisória pelo Congresso Nacional, 702
  - 4.3.4 Rejeição tácita da medida provisória não deliberada no prazo de 60 dias pelo Congresso Nacional, 703
  - 4.3.5 Impossibilidade de o Presidente da República retirar da apreciação do Congresso Nacional medida provisória já editada, 704
  - 4.3.6 Medida provisória e lei anterior que trate do mesmo assunto, 705
  - 4.3.7 Efeitos e disciplina no caso de rejeição da medida provisória, 705
  - 4.3.8 Medidas provisórias e controle de constitucionalidade, 706
  - 4.3.9 Estados-membros e municípios – possibilidade de edição de medidas provisórias, 709
  - 4.3.10 Medida provisória e decreto-lei, 711
  - 4.3.11 Limites materiais à edição de medidas provisórias, 711
- 4.4 Lei delegada, 717
  - 4.4.1 Natureza jurídica, 717
  - 4.4.2 Processo legislativo especial da lei delegada, 717
  - 4.4.3 O poder do Congresso Nacional de sustar a lei delegada, 718
- 4.5 Decreto legislativo, 719
  - 4.5.1 Conceito, 719
  - 4.5.2 Processo legislativo especial previsto para a elaboração do decreto legislativo, 719
  - 4.5.3 Tratados e atos internacionais e incorporação com *status* ordinário ou constitucional (direitos humanos), 720
- 4.6 Resolução, 724
  - 4.6.1 Conceito, 724
  - 4.6.2 Espécies, 724
  - 4.6.3 Processo legislativo especial para a elaboração das resoluções, 724
- 4.7 Leis orçamentárias, 725
  - 4.7.1 Processo legislativo especial para as leis relativas ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, 726
  - 4.7.2 Possibilidade de apresentação de emendas aos projetos de leis orçamentárias, 726
  - 4.7.3 Rejeição do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do projeto de lei orçamentária, 727

- 12 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE, 729
  - 1 Ideia central, 729
  - 2 Conceito, 731
  - 3 Pressupostos ou requisitos de constitucionalidade das espécies normativas, 731
    - 3.1 Requisitos formais, 731
      - 3.1.1 Subjetivos, 731
      - 3.1.2 Objetivos, 732
    - 3.2 Requisitos substanciais ou materiais, 732
  - 4 O descumprimento da lei ou do ato normativo inconstitucional pelo poder executivo, 732
  - 5 Espécies de controle de constitucionalidade, 733
    - 5.1 Em relação ao momento de realização, 733
    - 5.2 Controle repressivo em relação ao órgão controlador, 734
      - 5.2.1 Político, 734
      - 5.2.2 Judiciário ou jurídico, 734
      - 5.2.3 Misto, 734
    - 5.3 Modelos clássicos de controle de constitucionalidade, 734
    - 5.4 Controle de constitucionalidade no Brasil, 737
  - 6 Controle preventivo, 737
    - 6.1 Comissões de constituição e justiça, 737
    - 6.2 Veto jurídico, 738
  - 7 Controle repressivo de constitucionalidade, 738
  - 8 Controle repressivo realizado pelo poder legislativo, 738
    - 8.1 Art. 49, V, da Constituição Federal, 738
    - 8.2 Art. 62 da Constituição Federal, 739
  - 9 Controle repressivo realizado pelo poder judiciário, 739
    - 9.1 Difuso ou aberto, 740
      - 9.1.1 Questão do art. 97 – cláusula de reserva de plenário, 743
      - 9.1.2 Controle difuso e Senado Federal (art. 52, X, CF), 744
      - 9.1.3 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle difuso, 746
      - 9.1.4 Controle difuso de constitucionalidade em sede de ação civil pública, 748
      - 9.1.5 Controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo, 751
      - 9.1.6 Supremo Tribunal Federal e controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo, 753
    - 9.2 Controle concentrado ou via de ação direta, 754
  - 10 Ação direta de inconstitucionalidade genérica, 756
    - 10.1 Competência, 757
    - 10.2 Objeto, 757
      - 10.2.1 Conceito de leis e atos normativos, 758

- 10.2.2 Impossibilidade do controle de constitucionalidade das normas originárias, 761
- 10.2.3 Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal ou estadual em face das constituições estaduais, 761
- 10.2.4 Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal, 762
- 10.2.5 Controle concentrado de lei ou ato normativo distrital em face da Constituição Federal, 763
- 10.2.6 Controle concentrado de lei ou ato normativo anterior à Constituição Federal, 763
- 10.2.7 Controle concentrado e respeito à legalidade, 764
- 10.2.8 Tratados internacionais e controle de constitucionalidade, 764
- 10.2.9 Controle de constitucionalidade e decretos, 767
- 10.3 Legitimação, 768
  - 10.3.1 Adin e pertinência temática, 768
  - 10.3.2 Adin e entidades de classe ou confederações sindicais, 769
  - 10.3.3 Partidos políticos com representação no Congresso Nacional, 770
  - 10.3.4 Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, 770
- 10.4 Finalidade da ação direta de inconstitucionalidade, 771
- 10.5 Pedido de cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade, 772
- 10.6 Ação direta de inconstitucionalidade e prazo decadencial, 775
- 10.7 Advogado-Geral da União, 775
- 10.8 Procedimento, 776
- 10.9 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle concentrado, 783
  - 10.9.1 Reclamações e garantia da eficácia das decisões do STF em sede de ação direta de inconstitucionalidade, 792
- 11 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 793
- 12 Ação de inconstitucionalidade por omissão, 795
  - 12.1 Finalidade, 795
  - 12.2 Objeto, 796
  - 12.3 Inconstitucionalidade por omissão, 796
    - 12.3.1 Legitimidade e procedimento, 797
  - 12.4 Decisão do Supremo Tribunal Federal, 798
  - 12.5 ADI por omissão e medida liminar, 798
- 13 Ação declaratória de constitucionalidade, 799
  - 13.1 Previsão, 799
  - 13.2 Finalidade, 800
  - 13.3 Legitimidade, 800



- 14 Arguição de descumprimento de preceito fundamental, 808
  - 14.1 Arguição de descumprimento de preceito fundamental preventiva e repressiva, 812
  - 14.2 Arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação, 814
- 15 Súmulas vinculantes (Lei nº 11.417/06), 816
  
- 13 DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS, 828
  - 1 Estado de defesa e estado de sítio, 828
    - 1.1 Quadro comparativo: estado de defesa e estado de sítio, 829
  - 2 Forças armadas, 832
  - 3 Segurança pública, 833
  
- 14 ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA, 837
  - 1 Dos princípios gerais da atividade econômica, 838
  - 2 Intervenção do Estado no domínio econômico, 840
    - 2.1 Utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais, 841
  - 3 Da política urbana, 842
    - 3.1 Competência para estabelecimento de políticas de desenvolvimento urbano, 842
    - 3.2 Usucapião constitucional de área urbana, 842
  - 4 Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária, 842
    - 4.1 Preceitos da política agrícola, 842
    - 4.2 Destinação das terras públicas e devolutas, 843
    - 4.3 Reforma agrária, 844
    - 4.4 Usucapião constitucional de área rural, 845
  - 5 Do sistema financeiro nacional, 846
    - 5.1 Emenda Constitucional nº 40/03, 846
    - 5.2 Regulamentação por leis complementares e revogação da previsão da taxa anual de juros de 12%, 846
  
- 15 ORDEM SOCIAL, 848
  - 1 Seguridade social, 848
    - 1.1 Parte geral, 848
      - 1.1.1 Conceito, 848
      - 1.1.2 Objetivos, 849
    - 1.2 Saúde, 850
      - 1.2.1 Conceito, 850
      - 1.2.2 Diretrizes e preceitos constitucionais relacionados à saúde, 850
      - 1.2.3 Atribuições constitucionais do Sistema Único de Saúde, 851
      - 1.2.4 Promoção da saúde pública e combate a endemias, 851
    - 1.3 Previdência social, 852

- 1.3.1 Plano de previdência social, 852
  - 1.3.2 Regras sobre aposentadoria, 853
  - 1.3.3 Regra de transição de aposentadoria voluntária integral e proporcional, 854
  - 1.3.4 Regra de transição para professor, 855
  - 1.3.5 Regime de previdência privada de caráter complementar, 855
  - 1.4 Assistência social, 856
  - 2 Educação, cultura e desporto, 857
    - 2.1 Educação, 857
      - 2.1.1 Conceito, 857
      - 2.1.2 Princípios constitucionais do ensino, 858
      - 2.1.3 Objetivos constitucionais da educação (art. 214 da CF), 859
      - 2.1.4 Universidades, 860
      - 2.1.5 Preceitos constitucionais sobre a educação, 860
      - 2.1.6 Organização dos sistemas de ensino, 861
      - 2.1.7 Aplicação obrigatória de recursos à educação, 862
    - 2.2 Cultura, 862
    - 2.3 Desporto, 863
      - 2.3.1 Preceitos constitucionais, 863
      - 2.3.2 Justiça desportiva, 864
  - 3 Ciência e tecnologia, 864
  - 4 Comunicação social, 864
    - 4.1 Comunicação social e liberdade de informação, 866
    - 4.2 Garantia constitucional do sigilo da fonte, 867
  - 5 Meio ambiente, 868
    - 5.1 Constituição e proteção ao meio ambiente, 868
    - 5.2 Regras constitucionais específicas sobre meio ambiente, 872
  - 6 Família, criança, adolescente, jovem e idoso, 874
    - 6.1 Conceituação, 874
    - 6.2 Regras de regência das relações familiares, 875
      - 6.2.1 Princípio da paternidade responsável e exame do DNA, 876
    - 6.3 Tutela das crianças e dos adolescentes, 877
    - 6.4 Tutela aos idosos, 878
      - 6.4.1 Constituição Federal e Estatuto do Idoso, 878
      - 6.4.2 Saúde do idoso e cidadania, 879
      - 6.4.3 Estatuto do Idoso e fiscalização às entidades de atendimento aos idosos, 880
      - 6.4.4 Idoso e transporte público, 881
  - 7 Índios, 882
- 16 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, 885
- 1  **BDJur** 885  
http://bdjur.stj.gov.br
  - 2 Competências tributárias, 887

- 3 Espécies de tributos, 888
  - 3.1 Impostos, 889
  - 3.2 Taxas, 890
  - 3.3 Contribuições de melhoria, 892
  - 3.4 Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, 893
  - 3.5 Empréstimo compulsório, 894
- 4 Competência residual tributária, 895
- 5 Imposto extraordinário, 896
- 6 Divisão dos tributos em espécie pelos entes federativos, 897
- 7 Repartição das receitas tributárias pelos entes federativos, 898
- 8 Regras constitucionais para repartição das receitas tributárias, 900
- 9 Limitações do poder de tributar, 903
  - 9.1 Princípio da reserva legal tributária ou da legalidade estrita, 904
  - 9.2 Princípio da igualdade tributária, 904
  - 9.3 Princípio da irretroatividade da lei tributária, 905
  - 9.4 Princípio da anterioridade tributária, 905
  - 9.5 Princípio da anterioridade mitigada ou nonagesimal, 907
  - 9.6 Princípio da vedação ao confisco, 908
  - 9.7 Princípio da ilimitabilidade do tráfego de pessoas ou de bens, 909
  - 9.8 Princípio da capacidade contributiva, 909
  - 9.9 Princípio da razoabilidade, 909
  - 9.10 Princípio da uniformidade, 910
- 10 Imunidades tributárias e limitações do poder de tributar, 910
- 11 Isenções tributárias, 914

*Bibliografia*, 917

*Índice remissivo*, 933